



Comunicação Oral

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA CURRICULAR NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS

Jadiane Maciel AJALA (UFMS - Ponta Porã)¹

Mara Lucinéia Marques Correa BUENO (UFMS - Ponta Porã)²

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo relatar sobre a experiência vivenciada no estágio obrigatório supervisionado em educação infantil, estabelecido pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Câmpus de Ponta Porã/MS. Contudo, buscou-se nortear a pesquisa pelo seguinte questionamento: O que o estágio supervisionado em educação infantil proporciona para a formação docente? Com isso, este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, fundamentando-se em autores como Severino (2007) e Thiollent (1986) que salientam as metodologias utilizadas nos trabalhos científicos. Já para a realização da pesquisa bibliográfica utilizou-se os autores Kuhlmann (2000), Kishimoto (1999) e Lobo (2011), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), Marco Legal da Primeira Infância - Lei Nº 13.257 (2016) que deram suporte na fundamentação teórica deste estudo, abordando assuntos sobre a educação infantil e seus avanços nas políticas públicas e também sobre o tipo de profissional para atuar na primeira etapa da educação básica. Já a pesquisa-ação fez-se através da ida na instituição de educação infantil para a realização do estágio supervisionado. Optou-se por dividir este texto em quatro seções, para uma melhor compreensão. Na primeira seção caracterizou-se brevemente a cidade de Ponta Porã e minuciosamente o CEINF Professor Mário Ocaris Rosa, ou seja, o *lôcus* desta pesquisa. Na segunda seção realizou-se a fundamentação teórica do estudo, elencando os autores principais que auxiliarem neste processo. Já na terceira seção explicitou-se quais tipos de metodologias foram utilizadas. A quarta e última seção destina-se a análise dos dados, que se fez através dos relatos de cada dia do estágio. Por fim, as considerações finais deste estudo.

¹ E-mail: jadiane.maciel18@gmail.com Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus de Ponta Porã.

² E-mail: mara.marques.ufms.br Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus de Ponta Porã.



PALAVRAS-CHAVE: Estágio. Educação Infantil. Experiência.

Introdução

O Estágio Supervisionado em Educação Infantil faz parte da matriz curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Câmpus de Ponta Porã (UFMS/CPPP), sendo uma disciplina de cunho obrigatório para todos os acadêmicos do curso. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do ano de 2014, esta disciplina de estágio é ofertada no 6º semestre do curso de Pedagogia, tendo uma carga horária total de 100 horas. Esta carga horária é dividida em partes, sendo destinado vinte horas para as aulas teóricas em sala de aula na UFMS, seis horas para a caracterização do CEINF e elaboração do relatório parcial, quatro horas para a observação em cada turma da educação infantil totalizando vinte e quatro horas para esta etapa, doze horas destinada para a observação e coparticipação na turma que fará a regência, quatro horas para orientação individual relacionada a elaboração do projeto de regência, vinte horas para a realização da regência, ou seja, desenvolvimento do projeto de ensino, seis horas para a elaboração do relatório final e 8 horas para a apresentação no I Colóquio sobre as Vivências no Estágio em Educação Infantil, perfazendo uma carga horária de 100 horas.

Portanto, este estudo tem o intuito de relatar a experiência do estágio em educação infantil principalmente as vivências do período de regência, descrevendo deste a questão burocrática do estágio, os documentos e procedimentos conforme demanda a UFMS/CPPP até a experiência obtida na instituição de educação infantil durante o estágio. Com isso, decidiu-se ter como eixo norteador o seguinte questionamento: O que o estágio supervisionado em educação infantil proporciona para a formação docente? Sendo que, ao longo deste trabalho busca-se evidenciar se o estágio em educação infantil colabora ou não para a formação enquanto docente.

Contudo, para a melhor compreensão deste estudo buscou dividi-lo em quatro seções, sendo a primeira destinada a caracterização da instituição de educação



infantil que se realizou o estágio obrigatório. Na segunda seção será abordado os autores que salientam sobre a educação infantil e sobre o estágio obrigatório. Já na terceira seção descreverá a metodologia utilizada para esta pesquisa. Na quarta seção far-se-á a análise de dados por meio das observações de cada dia no decorrer do estágio obrigatório. Por fim, as considerações finais do presente estudo.

Caracterização da Instituição

Nesta seção relatar-se-á primeiramente as características básicas da cidade Ponta Porã/MS, como número de habitantes, de CEINFs e quantas crianças estão matriculadas na educação infantil. Logo depois, será caracterizado o CEINF Professor Mários Ocáris Rosa, que se tornou *locus* desta pesquisa.

O município de Ponta Porã (Brasil) é caracterizado por uma peculiaridade regional, ou seja, ser uma fronteira seca com a cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai) e por isso ambas as cidades são consideradas cidades-gêmeas. Este termo pode ser utilizado quando os municípios de países distintos são divididos por uma linha imaginária e apresente um grande potencial de integração econômica e cultural, conforme consta na Portaria n. 125, de 21 de março de 2014, no art. 1º. (BRASIL, 2014).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do ano de 2016, a estimativa de população da cidade de Ponta Porã era de aproximadamente 88.164 mil habitantes. No município há oito Centros de Educação Infantil de acordo com. O Censo Escolar presentes na base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no em 2015 havia na rede municipal de ensino 2.661 crianças matriculadas e nas instituições privadas de ensino 1.312 educandos, tendo então um total de 3.973 crianças matriculadas nas instituições de educação infantil da cidade de Ponta Porã/MS.





A instituição de educação infantil que realizei a observação, coparticipação e a regência foi o Centro de Educação Infantil (CEINF) Professor Mário Ocaris Rosa, localizado no perímetro Urbano Periférico, município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, sendo sua mantenedora a Prefeitura Municipal de Ponta Porã. Segundo os dados da instituição, no ano de 2016 o CEINF atendeu um total de 195 crianças.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2016) da instituição, o CEINF foi construído sob dois terrenos, no qual um está inscrito em nome do município de Ponta Porã/MS e o outro inscrito atualmente para associação dos Moradores do bairro, totalizando uma área total de 460m² com uma área construída de 205,52 m². O espaço físico do CEINF conta com seis salas de atividades, uma sala para os professores com banheiro, uma sala administrativa, um banheiro para funcionários administrativos, uma cozinha, um depósito, uma lavanderia, uma despensa, quatro banheiros infantis construídos em alvenaria, um parque infantil e uma caixa de areia, vale destacar que a maioria do espaço foi construído pensando nas crianças, ou seja, os banheiros, mesas, cadeiras são do tamanho das crianças.

A instituição de educação infantil funciona no período matutino – 07h00min às 11h10min, vespertino – 13h00min às 17h10min e período integral – 07h00min às 17h10min. No final do ano de 2016 a instituição atendia turmas desde o berçário I até o jardim II (período integral – berçário I e II, maternal I e II; período parcial – jardim I e II), porém atualmente no ano de 2017 o CEINF atende crianças de 0 à 4 anos de idade, e tem sete turmas, sendo um Berçário I (0-12 meses), um Berçário II (1-2 anos), dois Maternal I (2-3 anos), três Maternal II (3-4 anos). Em período integral atende somente as salas de berçário I A, berçário II A, maternal I A, maternal I B e maternal II A. Em período parcial atende as salas de maternal II B e C.

Fundamentação Teórica





A educação infantil por um longo tempo não foi considerada como uma etapa primordial para o processo de formação e desenvolvimento da criança pequena. Conforme os estudos de Kuhlmann (2000), em meados do século XV o termo criança ou infância não existia, pois nesta época as crianças eram vistas e tratadas como adultos em miniaturas, pelo fato de que não eram entendidas como sujeito de direitos. Esta concepção perpassou por um bom tempo, sendo destinado o ato de educar somente de responsabilidade da família, ou seja, os pais tinham que ensinar seus filhos em diversos temas, e na maioria das vezes esta responsabilidade recaía sobre a mãe da criança, que tinha obrigação de ensinar seu filho.

Por volta do final do século XIX o que mais prevalecia na educação infantil era o caráter assistencialista, isto é, apenas o cuidado para com as crianças (alimentar, higienizar, cuidar), sendo assim eram deixados de lado o educar e o brincar. Ainda em torno desta época, não requeria necessariamente uma formação para se trabalhar na educação infantil (EI), bastava gostar de crianças e se responsabilizar com o cuidar. Como não era requisitado uma formação inicial de fato, não havia uma preocupação com uma formação continuada para este profissional. Assim como salienta Lobo (2011, p.141):

[...] a política assistencialista presente historicamente na dinâmica do atendimento à infância brasileira fez com que a formação e a especialização do profissional na área se tornassem desnecessárias, pois, para tanto, segundo a lógica dessa concepção, bastariam à boa vontade, gostar do que se faz e ter muito amor pelas crianças.

No entanto, só ocorreram mudanças na educação infantil em meados da década de 80, quando houve uma preocupação em se discutir a pertinência das creches e pré-escolas na vida e no desenvolvimento da criança pequena. Segundo Lobo (2011), neste período a formação profissional em nível superior para professores que pretendem atuar na educação infantil, ou seja, com crianças de 0 a 5 anos de





idade, ainda não era um grande requisito. Assim como reafirma Kishimoto (1999, p.62), “*historicamente essa formação vinha sendo ofertada pelos cursos de pedagogia e o exercício profissional, estendido aos egressos dos cursos de magistério, de nível médio e a leigos.*” Portanto, nesta época não se dava o devido para a educação infantil, as crianças pequenas, pois para que a crianças possa ter um desenvolvimento cognitivo, social e cultural significativo, é primordial haver um mediador capacitado e competente.

Porém, a EI só passou a ser reconhecida como um direito das crianças a partir da promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988, mas foi somente com a vinda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que a EI tornou-se legalmente parte do sistema educacional e então foi considerada como a primeira etapa da educação básica. Além da CF e da LDB existem outras leis que embasam a EI assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado em 13 de julho de 1990 instaurado pela Lei nº 8.069 e a Lei Orgânica de Assistência Social. Foi também através destas leis, que se passou a exigir uma formação adequada de nível superior para os profissionais que atuam na educação infantil.

Nos dias atuais, a pré-escola passou a ser obrigatória, assim como consta na Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 no artigo 4º inciso I: “*Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.*” Portanto, é dever do Estado e do Município atender esta demanda. Com a promulgação da Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016, a criança passou a ser vista como um indivíduo único, tendo seus direitos como cidadã e direito de expressar-se. Esta lei ainda ressalta que a criança deve ser respeitada na diversidade, em questões étnico culturais, de gênero e geografia. Assim como salienta a Lei em seu Artº 4, parágrafo único:

A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade,





devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.

Contudo, quando se refere ao cuidar, educar e brincar logo se pensa nos Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), que são documentos norteadores que o professor de EI possa utilizá-lo como um suporte para suas práticas educativas. Este documento deixa claro o quanto é importante o ato de cuidar, educar e brincar com as crianças pequenas, pois estes três aspectos possibilitam um maior desenvolvimento da criança e estes são essências na educação infantil. Outro documento significativo relacionado ao trabalho com a criança pequena são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009, salienta em seu Art. 5º. §1º “*é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção*”, portando, toda criança tem o direito de se matricular na primeira etapa da educação básica. Esta mesma lei assegura a importância do currículo na EI, que este precisa articular com as experiências das crianças e garantir que instituição de educação infantil cumpra sua função de sociopolítica e pedagógica.

Em suma, compreende-se então que o trabalho com a criança pequena deve-se focalizar principalmente na criança, valorizando e respeitando suas vivências, sua cultura, e também a tratando como um sujeito de direito, como um cidadão que atua e contribui diretamente para a sociedade. O profissional em educação infantil deve estar consciente de que seu trabalho é árduo, pois requer muito comprometimento, respeito, envolvimento, cuidado, afetividade, planejamento e estar constantemente refletindo sobre sua prática educativa. Ainda, é necessário que o pedagogo esteja sempre observando seu educando e lhe proporcionando atividades e brincadeiras que possa contribuir significativamente para o seu desenvolvimento.

Metodologia





Para elaboração deste texto utilizou-se de pesquisa bibliográfica que com base nos estudos de Severino (2007, p. 122-123), esta pesquisa é caracterizada por fundamentar-se de pesquisas anteriores, isto é, de outros documentos impressos e online, artigos, livros, teses, entre outros documentos devidamente registrados pelos pesquisadores. Utilizou-se também para elaboração deste texto a pesquisa-ação, que conforme Thiollent (1986, p.14):

Pesquisa-ação um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Sendo que, a pesquisa bibliográfica se fez a partir de leitura de textos, artigos que salientam sobre a educação infantil, enfatizando o educar, cuidar e brincar, bem como o trabalho do professor de educação infantil. Já a pesquisa-ação realizou-se através do estágio supervisionado, ou seja, a ida à instituição de educação infantil, fazendo a observação, observação e coparticipação e por fim a regência.

Análise de Dados

A análise de dados realizou-se através dos relatos feitos em cada dia, nas etapas da observação em todas as turmas, da observação e coparticipação na turma de Maternal II e por fim da regência. Na etapa da observação de todas as turmas da educação infantil, foi de extrema importância pois possibilita ao futuro pedagogo perpassar por todas as turmas, Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II, Jardim I e Jardim II, e assim poder vivenciar um pouco como é o trabalho do professor de educação infantil nestas turmas. Esta experiência é de grande valia.

A partir da observação em todas as turmas de educação infantil, a que mais chamou atenção foi a do Maternal II (atende crianças na faixa etária de 3 a 4 anos de idade), havia vinte e quatro crianças matriculadas na turma, esta turma se destacou porque nesta fase as crianças estão constantemente ativas e com indagações de





praticamente tudo. Optou-se por esta turma porque se identificou mais com as crianças desta faixa etária, elas participam mais e estão sempre dispostas a fazerem atividades, brincadeiras que lhes chamem a atenção.

Na etapa da observação e coparticipação na turma específica de regência, foi uma etapa primordial no processo do estágio obrigatório, pois possibilitou uma observação maior da turma e ainda a coparticipação nas atividades desenvolvidas durante os dias, observando o comportamento das crianças, suas escolhas, seus interesses e desinteresses. Esta etapa colaborou muito para a elaboração das atividades a serem postas no planejamento.

Na última etapa do estágio que foi a regência estive muito apreensiva, pois eu tinha receio de que as crianças não se interessassem nas atividades propostas. O tema escolhido para ser trabalhado com as crianças foi “O circo”, pois o Dia do Circo seria na semana da realização da regência e a temática do plano estava em consonância com a professora regente da turma. Portanto, as atividades foram desenvolvidas a partir do conhecimento dos personagens que atuam no circo e o esclarecimento de que atualmente é proibida a utilização de animais das apresentações de circo.

Como todo processo de desenvolvimento do plano de regência, houve atividades que não deram muito certo, como o primeiro vídeo passado para as crianças, elas não prestaram muito atenção, mesmo sendo um vídeo de curto tempo e também a primeira roda de conversa, todos queriam falar ao mesmo tempo e não havia respeito de turno de fala. Outro problema encontrado foi a distribuição dos horários destinado a cada atividade, algumas foram realizadas de forma rápida pelas crianças e outras levaram mais tempo. Como por exemplo, atividades que envolviam desenhos, as crianças realizaram com muita rapidez e a atividade envolvendo a pintura, levou mais tempo. Outra atividade interessante desenvolvida foi a leitura de uma estória, inicialmente as crianças não se interessaram muito, mas quando houve



a mudança da entonação da fala elas prestaram mais atenção e ficavam interagindo com o livro e entre si.

No entanto, houve também vários pontos positivos durante a regência, como a participação e empenho das crianças na realização das atividades, elas estavam constantemente prontas para fazer atividades e não aceitavam ficar paradas. O momento da despedida foi bastante triste, pois foi muito difícil deixá-los e eles também se sentiram tristes pois eles gostaram bastante de tudo que foi realizado.

Considerações finais

Diante desta grande experiência que o estágio supervisionado em Educação Infantil proporcionou, compreende-se então o quão é imprescindível todo curso de licenciatura ter esta disciplina como obrigatória, pois este possibilita vivenciar a realidade nas instituições de ensino e assim trabalhar concomitantemente a teoria e prática. O estágio ainda, viabilizou uma observação do trabalho do profissional de educação infantil, como funciona o educar, cuidar e brincar e se estes aspectos estão presentes no cotidiano e nas práticas pedagógicas do profissional. Constatou-se que estes três aspectos são imprescindíveis na educação infantil, e que todo pedagogo necessita elaborar suas práticas educativas em torno dos três aspectos básicos que permeiam a educação infantil.

Pimenta e Lima (2005/2006) salientam que há diferentes concepções sobre a formação de pedagogos a partir da relação entre teoria e prática presente no estágio. Entende-se que o estágio é um campo de conhecimento, uma atividade de pesquisa que é realizada a parte prática juntamente com os conhecimentos teóricos, que segundo as autoras, a teoria “*permite conhecer e se aproximar da realidade*”, portanto, trabalhar a práxis é fundamental pois a teoria e prática se complementam.

Em suma, compreende-se que o estágio obrigatório supervisionado é primordial na formação inicial dos professores de educação infantil, e que com certeza



auxilia bastante na construção da identidade do profissional, pois ao vivenciar a realidade de cada turma de EI o pedagogo irá ter o contato com as crianças de todas as faixas etárias e conseqüentemente analisar e perceber qual lhe chamou mais atenção e se realmente pretende atuar nesta etapa da educação básica. Cabe ressaltar, que o estágio obrigatório não pode ser visto apenas como um componente curricular, mas sim como uma disciplina que integra e proporciona ao acadêmico uma visão crítica, análise, problematização e reflexão do trabalho docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____, Ministério da Educação e Cultura. **Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, Ministério da Integração Nacional. **Conceito Oficial de cidades-gêmeas**. Diário Oficial da União. Brasília, 24 de março de 2014.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2016. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=_EN&codmun=500660&search=mato-grosso-do-sul|ponta-por%E3> Acesso em: abril de 2017.

_____. INEP. **Censo Escolar**. 2015. Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: Abril de 2017.





KISHIMOTO, T. M. **Política de formação profissional para educação infantil: Pedagogia e Normal Superior.** Educação & Sociedade, ano XX, n.68. Dezembro, 1999.

KUHLMANN JR, M. **Histórias da educação infantil brasileira.** Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2000.

LOBO, Ana Paula. **Políticas públicas para educação infantil: uma releitura na legislação brasileira.** In: VASCONCELLOS, Vera. (org.) Educação da infância: história e política. 2ª ed. Niterói: EDUFF, 2011, pp. 133-16.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções.** Revista Poiesis-Volume 3, Números 3 e 4, pg. 5-24, 2005/2006.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. **Modalidades e Metodologias da Pesquisa Científica.** Cortez. São Paulo, 2007, p. 117-125.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.